



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/COMAP/SEAQUI

Retornam os autos, a partir de considerações da Seção de Licitações, ciosa aquela unidade quanto a potencial insucesso desta contratação.

Relata o especialista (1823277):

Conforme consulta ao SEI, nota-se que o Pregão Eletrônico nº 40/2021 para compra de açúcar (item 1) e leite (item 2) acabou de ser realizado em 15.12.2021. O item 1 foi cancelado na aceitação tendo em vista o insucesso na redução de preço dos dois únicos ofertantes e o item 2 foi deserto por ausência de propostas (cf. ata de realização do certame - Processo nº 0017076-17.2021). Considerando que tais produtos fazem parte da cesta básica e que a mesma vem sofrendo sucessivas altas de preços, há chance de novo fracasso licitatório.

A propósito, tem-se que o item 1 está com o valor de referência abaixo da melhor lance do PE 40/2021: Valor de ref. p/ 2022: R\$ 4,93. Melhor lance em dez/2021: R\$ 6,10.

Prontamente, cabe reconhecer o lapso desta Seção ao deixar de considerar os preços formulados no certame deflagrado em dezembro último pelo Órgão. Revisamos a estimativa para considerar os preços ofertados para o item 1 (açúcar). Como bem sinaliza a SELIC, não foram recebidas propostas para o item 2.

Contudo, entendemos que remanescem válidos os preços que compuseram a amostra da estimativa elaborada anteriormente (1814038, 1814039, 1814040). Ou seja, diante do que suscita a SELIC, procuramos robustecer a amostra, mantendo-se os preços já coletados.

Procuramos compras públicas recentemente promovidas no âmbito desta Unidade Federativa. Localizamos pregões deflagrados pelos municípios de Maragogipe e de Canápolis.

Aproveitamos os preços de três propostas formuladas no Pregão 53/2021 da Prefeitura de Maragogipe (1824057, 1824064, 1824066) para os itens 14 (açúcar) e 27 (leite em pó). A disputa foi travada em 21/12/2021, portanto na semana seguinte à licitação fracassada do TRE.

Ainda que se trate de uma variedade maior de itens (o que teoricamente propicia um vislumbre maior de faturamento pelos licitantes), consideramos que a sistemática de Registro de Preços pressupõe múltiplas aquisições menores ao longo da vigência da ARP a ser celebrada, pelo que entendemos aplicável o aproveitamento dos preços unitários. Além disso, consideramos que as quantidades dos itens na aquisição daquele município são compatíveis com o montante a ser registrado nesta contratação.

Quanto aos preços praticados no Pregão 01/2022, deflagrado ontem (25/01/2022) pela Prefeitura de Canápolis, aproveitamos apenas um dos preços (item 23 naquele certame, 1825958), conforme explicamos a seguir.

O município de Canápolis situa-se no Oeste Baiano, e sua sede fica a 900 quilômetros desta Capital. Contudo, observamos que um dos licitantes, *Suprimais Atacadista*, também participou do Pregão 40/2021 deste Tribunal, com o que na ocasião fora o menor dos preços apurados na disputa (R\$ 6,10). Na licitação do município, a empresa ofertou o item a R\$ 5,20, portanto com preço *inferior* ao praticado há pouco mais de um mês.

As demais empresas, cujos preços optamos por desconsiderar, estão sediadas na região de Canápolis. Entendemos como arriscado o aproveitamento de preços que foram formulados tendo em conta o atendimento de órgão localizado próximo àqueles fornecedores.

Ao revés, a empresa *Suprimais Atacadista* possui sede nesta Capital, sendo presumível que está apta a praticar perante o TRE o mesmo preço proposto junto àquela municipalidade, ou até menor. Assim sendo, **aproveitamos o preço de R\$ 5,20 e desconsideramos o de R\$ 6,10** referido pela SELIC.

Revisada a estimativa conforme descrito acima, o preço unitário do item 1 passa de R\$ 4,93 para **R\$ 5,20**; o item 2, por sua vez, sai de R\$ 15,88 para **R\$ 17,33**.

O **preço estimado perfaz R\$ 55.488,00** (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), conforme demonstra planilha de estimativa (1825965, 1825969).

Finalmente, resta a esta Seção anuir com o que pondera a SELIC acerca do cenário de alta de preços que grassa a economia, de modo que a incerteza quanto ao sucesso da contratação persiste, ainda mais por se tratarem de insumos de alimentação, cuja volatilidade tem sido bastante noticiada nos últimos meses.

À SELIC.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Chefe de Seção**, em 26/01/2022, às 12:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1826023** e o código CRC **C15A2859**.